



## 9º CONGRESSO DA FORÇA SINDICAL TESES PARA O DEBATE

---

### Contexto internacional

1. O cenário internacional no período que vai de 2017 a 2021 foi marcado pela presença recorrente e em alguns casos pelo avanço das políticas de extrema direita. Sobre esse contexto de grande adversidade para as democracias, para as instituições, para os direitos sociais e laborais, para as políticas de igualdade e para a justiça social, se sobrepôs uma crise sanitária que em poucas semanas difundiu e implantou o medo, o sofrimento, o desemprego e a morte de milhões. Nos últimos meses sopram novos ventos no campo da política com o qual forças sociais de esquerda e sociais-democratas recuperaram pelo voto, portanto, pela escolha das sociedades, a possibilidade de trilhar novos caminhos.
2. O governo de Donald Trump e a ascensão da direita na Europa representaram um grande retrocesso político e social, ceifando conquistas civilizatórias e reforçando grupos com orientações supremacistas, xenófobas, racistas, misóginas e homofóbicas. Historiadores e pesquisadores atribuem a esse fenômeno reflexos da crise econômica de 2008, da crise migratória entre África, Oriente Médio e Europa, além da explosão do uso das redes sociais para divulgar mentiras e propagar o ódio, o que bagunçou a dinâmica dos debates públicos e habitual lógica política em claro benefício de setores reacionários.
3. Também marcou os últimos anos o acirramento da disputa de protagonismo entre EUA e China, onde esta avança para a consolidação de um poder e uma influência cada vez maior no mundo. Os EUA, que ainda é a maior potência mundial, processa uma relativa perda de poder devido aos reflexos da crise econômica de 2008, ao desgaste provocado por sua política internacional beligerante, ao acirramento de uma polarização interna incentivada pelo governo Trump e a péssima administração da pandemia do coronavírus.
4. Em seu governo, Donald Trump assumiu uma postura de oposição aos direitos civis e à proteção ambiental. Por outro lado, adotou uma política econômica protecionista que nos anos anteriores à pandemia garantiu índices cada vez mais baixos de desemprego. Em julho de 2019, o índice de desemprego nos EUA atingiu o menor patamar em 50 anos, 3,6%. A popularidade de Trump, entretanto, despencou após a pandemia de COVID-19 que rapidamente colocou os EUA como o país com maior número de mortos no mundo, chegando a 4.475 óbitos em um dia, em 12/01/2021 (recorde que foi superado pela Índia que registrou 4.529 mortes no dia 19/05/2021) e levou o país a uma grave recessão econômica. Como resultado, o presidente deixou a Casa Branca como um dos presidentes americanos mais impopulares da história recente.
5. Joe Biden, que assumiu a presidência em 20 de janeiro de 2021, reverteu diversas medidas que vigoraram no governo Trump adotando ações de combate ao coronavírus, o retorno à Organização Mundial da Saúde (OMS) e ao Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, entre outras iniciativas. Na economia, Biden propôs o American Rescue Plan ("Plano de Resgate Americano") que previa a destinação de 1,9 trilhão de dólares para combater o COVID-19 e a crise econômica. Ele também criou uma força-tarefa na Casa Branca para promover a organização trabalhista e tentar reverter o declínio de décadas na taxa de sindicalização. A valorização da negociação coletiva apresenta-se,

neste caso, como uma forma de alavancar a classe média e promover a mobilidade social dos mais pobres.

6. Na política externa Biden sofreu uma grande derrota no Afeganistão em agosto de 2021, tendo as tropas americanas expulsas pelo Talibã após 20 anos de guerra e o retorno daquele grupo radical ao poder. Seu governo também mantém a disputa com a China, demarcando, através de manobras geopolíticas, a presença militar dos americanos nos arredores do país asiático, além de seu governo acusar a China de espionagem e de desenvolver armas de destruição em massa. Estas acusações se dão em um contexto de avanço da China, que pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria em 1991 ameaçam a hegemonia do poder econômico americano.
7. Na China, o presidente Xi Jinping defendeu últimos meses de 2020 a diretriz da "prosperidade comum" para a China nos próximos anos, com o objetivo de construir uma sociedade menos desigual e com menor disparidade entre ricos e pobres. Para o governo chinês a ideia de prosperidade comum passa por fortalecer a classe média nacional com a oferta de empregos, taxaço de rendas muito altas e pressão sobre empresas privadas para que contribuam com os objetivos econômicos do Partido.
8. Nos últimos anos ocorreram vitórias importantes na América Latina, associadas à mobilização popular, como a eleição de Luis Arce, na Bolívia, de Alberto Fernández, na Argentina, a eleição de uma nova Assembleia Constituinte, no Chile após 30 anos da Constituição pinochetista e a vitória do professor Pedro Castillo, no Peru, derrotando o fujimorismo. Na Europa também ocorreu em vários países um movimento de ascensão da social-democracia. Portugal e Espanha também são governados por partidos de centro-esquerda. A centro-esquerda voltou ao poder na eleição federal alemã e nas eleições parlamentares na Noruega, completando todos os países escandinavos - Noruega, Suécia, Dinamarca, Islândia e Finlândia - sob governos social-democratas “algo que não acontecia desde o final dos anos 1950” (Paula Adamo Idoeta A esquerda pode estar renascendo na Europa? Publicado em 25/09/2021 na BBC Brasil).
9. Uma teoria sustentada por analistas é a de que os social-democratas, que sofreram politicamente as consequências com a crise de 2008 e a crise migratória, retornaram após a desilusão provocada por políticas antissociais. A condução da pandemia também teve um papel importante neste cenário uma vez que países governados por líderes negacionistas e resistentes a adotar medidas de contenção do vírus e de proteção econômica, sofreram mais com mortes, desemprego e com o aumento da pobreza. A pandemia, neste sentido, deixou clara a importância do Estado em promover o desenvolvimento e em garantir políticas sociais.
10. A implementação de políticas públicas erráticas, de ajuste e reformas impopulares, a crise de governança global e a grave crise sanitária e humanitária da COVID 19, geraram impactos negativos e desastrosos para os trabalhadores, as trabalhadoras e para a grande maioria da população, afetando de maneira cruel e desumana, principalmente as pessoas mais vulneráveis na maioria dos países do mundo, especialmente na América Latina e Caribe.
11. Neste contexto, e apesar dos ataques sistemáticos e das dificuldades enfrentadas, o sindicalismo nacional e internacional tem atuado da melhor maneira possível em unidade de ação em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, da vida e da saúde, do emprego, da democracia e fortalecimento da unidade, o intercambio e a solidariedade entre os trabalhadores em nível global.
12. A Força Sindical, como fundadora da Alternativa Democrática Sindical das Américas (ADS), atua na luta e fortalecimento da unidade de ação sindical no continente, em defesa dos direitos, da democracia, o dialogo social, do trabalho decente, pelo desenvolvimento sustentável, pela justiça social, e a solidariedade entre os trabalhadores das américas e do mundo.

### **Contexto Nacional**

13. No Brasil, as eleições de 2018 foram trágicas para o povo trabalhador, para os movimentos sociais e, em especial, para o movimento sindical. Com uma campanha que se baseou em promessas de reformas liberais na economia e conservadoras nos costumes, além de uma bandeira anticorrupção e contra o próprio sistema político, Jair Bolsonaro se elegeu com 57,8 milhões de votos (55,13%), em

- outubro de 2018, no segundo turno, contra Fernando Haddad, do PT. Sua vitória representou a consagração da ascensão da extrema direita.
14. Este é um grande sinal de alerta que impõe a tarefa de buscar decifrar as razões políticas e sociais desse desastre histórico. Ele remonta às manifestações de 2013, que foram um marco a partir do qual foi deflagrada uma ofensiva antipolítica, contra os movimentos sociais, por alguns setores específicos, contrariados com a duração de um governo de centro-esquerda. Esse processo tem na operação Lava Jato sua maior expressão. A partir dela, forças com alto poder de persuasão criaram um consenso que condenava a classe política, os sindicatos, e qualquer militância organizada.
  15. A despeito dos interesses que alimentaram tal ofensiva, a maior parte do eleitorado projetou na imagem de outsider de Jair Bolsonaro a resposta para essa massiva campanha de condenação à política e aos movimentos sociais. Bolsonaro é, nesse sentido, a forma como a maioria do povo traduziu a Lava Jato. Existem também fortes indícios de que o candidato, com apoio de empresários, utilizou de forma ilícita pacotes de envios de mensagens por WhatsApp, bem como valeu-se de notícias falsas para atacar seus adversários.
  16. Logo no dia de sua posse, Bolsonaro extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego (que depois foi recriado, mas com expressão inócua), já sinalizando sua indisposição quanto às trabalhadoras e aos trabalhadores brasileiros. Em 2 de janeiro de 2019, as centrais sindicais brasileiras Força Sindical, CUT, UGT, CTB, NCST e CSB, que durante a campanha posicionaram-se contra a candidatura de Bolsonaro, enviaram uma carta ao presidente eleito. Na carta os sindicalistas solicitavam a abertura de um diálogo. A carta nunca foi respondida.
  17. Em março de 2019 Bolsonaro publicou a MP 873, que impedia o desconto em folha de pagamentos das mensalidades associativas, determinando que fossem realizadas via boleto bancário, para fragilizar ainda mais a autonomia das assembleias das categorias (órgão máximo de deliberação de qualquer associação), e estabeleceu a necessidade de autorização de desconto individual. A MP não foi votada pelas duas Casas do Congresso Nacional e teve seu prazo de validade expirado dia 28/06/2019.
  18. Após quase três anos de seu governo, e com o agravante de uma terrível pandemia que se instalou no mundo, está mais do que claro que, quaisquer que tenham sido os objetivos que moveram a insuflação das manifestações de 2013, o marketing em torno da Lava Jato e a perseguição à política, em especial à esquerda e aos movimentos sociais, resultaram em uma retumbante catástrofe. Catástrofe sanitária, econômica, social, cultural, ambiental e humanitária. Os ataques constantes ao Estado Democrático de Direito, às suas instituições e organizações confirmam o caráter autoritário desse governo e sua vocação golpista e antidemocrática, fato que tem sido combatido pela sociedade civil organizada.
  19. Em 2019 a farsa em torno da Lava Jato começou a ser desmascarada. Revelações do site de jornalismo investigativo The Intercept Brasil, trouxeram à tona conversas entre os procuradores de Curitiba e o juiz Sérgio Moro. As conversas indicaram que Moro cedeu informação privilegiada à acusação, auxiliando o Ministério Público Federal (MPF) a construir casos, além de orientar a promotoria, interferindo nas ações da operação Lava Jato. Mostraram também cobrança de agilidade em novas operações, conselhos estratégicos, fornecimento de pistas informais e sugestões de recursos ao MPF. De modo geral, a chamada “Vaza Jato” mostrou que a operação tinha como principal objetivo destruir o governo do PT e excluir a possível candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva das eleições de 2018.
  20. As ilegalidades e os abusos da Lava Jato foram flagrantes, desde a prisão coercitiva de Lula, grampos ilegais, até a prisão sem provas do ex-presidente (em 07/04/2018), que liderava as pesquisas de intenção de voto no início de 2018. Com a vitória de Bolsonaro, o ex-juiz Sergio Moro tornou-se seu Ministro da Justiça, fato que confirmou suas ambições políticas e sua parcialidade nos julgamentos da Lava Jato. Em 2021 Moro foi considerado parcial pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em uma ação que o acusava de suspeição. Lula, por sua vez, teve os processos da Lava Jato anulados. Em novembro de 2021 o ex-juiz apresentou-se como pré-candidato para as eleições de 2022.
  21. A operação Lava Jato, que começou em março de 2014, chegou ao fim sem alardes em fevereiro de 2021. O Brasil do fim da Lava Jato encontrava-se em uma situação muito pior do que estava nos anos que antecederam a operação, tanto do ponto de vista econômico, quanto social e, sobretudo, no que

diz respeito às suspeitas de corrupção dentro do governo. Suspeitas e sinais de envolvimento da família Bolsonaro com esquemas de rachadinha, enriquecimento ilícito, despotismo, envolvimento com a milícia passaram rondar o Palácio do Planalto. Junto a isso, uma assustadora elevação da miséria e do desemprego castigaram e castigam o país.

## **Pandemia**

22. A pandemia de Covid-19 expôs a fragilidade das medidas neoliberais adotadas pelo Brasil desde 2016, como a reforma trabalhista, a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, a privatização dos serviços públicos, desregulamentação do trabalho e deixou clara a importância do Sistema Único de Saúde (SUS).
23. Identificada pela primeira vez na cidade de Wuhan, província de Hubei, na China, em dezembro de 2019, a Covid-19 foi declarada como pandemia em 11 de março de 2020 pela OMS. A doença chegou ao Brasil, em 25 de fevereiro de 2020 (quando o Governo de São Paulo confirmou o primeiro caso), em um momento de estagnação econômica, desmonte dos serviços públicos, aumento da pobreza, alto desemprego e com grande parte da população fora de qualquer proteção social. Desde então, enfrentar a pandemia tornou-se a principal tarefa de todas as instituições comprometidas com o país, englobando medidas efetivas de proteção à vida, à saúde, ao emprego e à renda dos trabalhadores e trabalhadoras.
24. A pandemia sacramentou novas formas de trabalho como o trabalho remoto, o home office, trabalho por aplicativos, por plataformas e as videoconferências. Intensificou o uso de aplicativos de entrega, já que as pessoas foram orientadas a não saírem de casa. As escolas foram fechadas, substituídas, em muitos casos de forma precária, por aulas online. O propalado “novo normal” advindo da coronacrise revelou as profundas desigualdades sociais. Nem todo mundo pôde recorrer ao trabalho remoto. Muitos não tiveram condições estruturais para trabalhar desta forma. O fechamento em larga escala do comércio, de empresas, sobretudo pequenas e médias, e de importantes setores dos serviços gerou uma situação de desemprego recorde. Nas escolas se verificou o grande abismo social brasileiro. Alunos com pouco ou nulo acesso à internet, ou com instrumentos precários para a conexão, ficaram praticamente sem aulas, enquanto aqueles que vivem com melhores condições financeiras puderam manter alguma rotina escolar.
25. No Brasil a crise também foi reforçada por uma postura negacionista do presidente Jair Bolsonaro que diversas vezes minimizou a gravidade do problema. Contrariando as orientações da OMS de isolamento e distanciamento social, Bolsonaro continuou participando de manifestações com seus apoiadores, sem o uso da máscara de proteção e sem distanciamento social mesmo no auge das mortes pelo coronavírus. Ele defendeu o uso do medicamento cloroquina, mesmo não sendo uma forma apropriada para combater o coronavírus. Defendeu abertamente a reabertura dos serviços e comércios, sob alegação de que a economia não poderia parar, negligenciando as responsabilidades do governo com a saúde da população e com a necessidade de subsídios econômicos.

## **Violência contra crianças e mulheres**

26. O trabalho infantil e a violência contra as crianças cresceram durante a pandemia. O relatório “Trabalho Infantil: Estimativas Globais 2020”, do Unicef em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), revelou que a exploração do trabalho infantil voltou a crescer no mundo depois de 20 anos de quedas sucessivas. Os dados apontam para a existência de pelo menos 160 milhões de crianças e adolescentes forçados ao trabalho no mundo. Eram 152 milhões em 2016. Além disso, o levantamento da Sociedade Brasileira de Pediatria “SBP: violência mata mais de 103 mil crianças e adolescentes no Brasil” (publicado na Agência Brasil em 14/04/2021), mostrou que o estresse causado pela pandemia aumentou a probabilidade de as crianças serem vítimas de violência. O estudo concluiu que o isolamento social, embora necessário para contenção da pandemia, aumentou a exposição das crianças a uma “maior incidência de violência doméstica”, o que elevou também os casos letais.

27. A pandemia também acirrou o desemprego e a violência contra as mulheres. No dia 4 de março de 2021, o IBGE divulgou uma pesquisa que mostra que, no contexto da pandemia, mais da metade das mulheres com crianças de até 3 anos estavam fora do mercado de trabalho, 54,6%. Uma análise feita pela consultoria McKinsey em 2020 mostrou que no mundo, para cada homem que perdeu o emprego, havia 1,8 mulheres na mesma situação. Uma pesquisa do Datafolha de junho de 2021 mostrou que um quarto das mulheres brasileiras acima de 16 anos afirmou ter sofrido algum tipo de violência durante a pandemia de Covid. Trata-se de um contingente de cerca de 17 milhões de mulheres (24,4%) que sofreram violência física, psicológica ou sexual. A porcentagem é similar à de 2019, quando 27,4% afirmaram ter sofrido alguma agressão, mas houve um aumento do número de agressões dentro de casa, que passaram de 42% para 48,8%, ao passo que diminuíram as agressões na rua, que passaram de 29% para 19%, dado que revela que as violências foram praticadas por pessoas como o pai, a mãe, irmão, irmã, padrasto, madrastra, o filho e a filha.
28. A violência de gênero em suas diversas faces é problema endêmico e se revela inclusive em setores econômicos que empregam um grande número de mulheres, onde também há barreiras significativas ao acesso das mulheres a cargos de chefia. As empresas, assim como a sociedade, não realizaram as mudanças necessárias para oferecer às mulheres as mesmas oportunidades que são oferecidas aos homens. A construção social do papel da mulher na sociedade; a dupla - e até tripla - jornada de trabalho; a maternidade; o trabalho invisível e doméstico; a segregação no trabalho; e os persistentes preconceitos sobre as capacidades das mulheres são usados para limitá-las aos empregos mais precários e com salários mais baixos. Segundo levantamento do Dieese, em 2019, as mulheres gastaram 95% mais tempo do que os homens nos afazeres domésticos. Enquanto elas dedicaram, em média, 21h18 por semana do seu tempo com os cuidados com a casa, os homens dispensaram apenas 10h54 minutos às mesmas obrigações. A falta de creches, que é um empecilho para que a mulher acesse o mercado de trabalho, agrava as disparidades: entre as mulheres com filhos de até três anos em creches, 67% conseguiam trabalho; entre as que não tinham nenhum filho em creche, somente 41% estavam trabalhando.
29. Além disso, o Brasil ocupa a triste marca de ser o quinto país no mundo com mais casos de feminicídio: segundo o Atlas da Violência 2021, foram registrados 1.338 casos, sendo que 66% desses foram contra mulheres negras. Esse quadro de violências revela que ainda vivemos em uma sociedade machista, violenta, onde a intolerância e os abusos contra as mulheres têm pouca ou nenhuma forma efetiva de punição, e as mulheres seguem tendo seus direitos mais fundamentais ameaçados: sua Dignidade e sua Vida.
30. A violência racial também se expressa na no mundo do trabalho onde os negros têm as maiores taxas de desemprego, situação que se agrava ainda mais para as mulheres negras. Salários menores, maior informalidade, discriminação para a ascensão profissional, violência de todas as formas marcam o cotidiano das trabalhadoras e dos trabalhadores negros.

### **Auxílio Emergencial e a importância do movimento sindical durante a pandemia**

31. Como forma de apoiar o povo brasileiro e incentivá-lo a fazer a quarentena, as Centrais Sindicais apresentaram à Câmara dos Deputados uma proposta de auxílio emergencial de 500 reais, a partir da qual foi estipulado o valor de 600 reais e 1.200 para informais, autônomos, microempreendedores individuais, beneficiários do Bolsa Família e desempregados que vigorou entre abril e setembro de 2020. Diversas ações foram empreendidas para a manutenção e prorrogação desse auxílio. O Auxílio Emergencial manteve a economia ativa em municípios de menor renda e alta vulnerabilidade, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.
32. A Força Sindical apoiou também a liberação pelo Estado de recursos para que as empresas, especialmente as micro, pequenas e médias, para manter os empregos e honrar suas obrigações, e a suspensão ou adiamento do pagamento de tarifas básicas (água, luz, gás e impostos) dando condições para que famílias e empresas pudessem organizar suas atividades financeiras. Além disso, os sindicatos, federações e confederações de trabalhadores, com o apoio das centrais sindicais, colocaram à disposição das autoridades de saúde, federais estaduais e municipais, suas estruturas tais como sedes, colônias de férias e clubes, com condições para serem transformadas em hospitais,

ambulatorios e postos de atendimento. Não fosse pela pressão do movimento sindical, a situação do povo brasileiro durante a pandemia seria ainda pior.

33. O Auxílio Emergencial inicialmente proposto pelo governo era de 200 reais, mas o valor foi alterado mediante a pressão das centrais sindicais com apoio de parlamentares, resultando em 600 reais. Além de propor um valor baixo para o povo trabalhador, o governo destinou à recuperação dos bancos vultosos recursos sob a promessa (não cumprida) de que eles repassariam às empresas em forma de crédito. A ajuda aos bancos foi flagrantemente desproporcional com relação à ajuda às trabalhadoras e aos trabalhadores.

### **Desemprego e aumento da pobreza**

34. Nos últimos quatro anos a evolução dos índices de desemprego, de pessoas vivendo abaixo da linha da miséria e a desvalorização do salário mínimo, desmentiram a tese liberal de que o desemprego se agrava com políticas sociais e de valorização salarial. Tal situação, verificada no Brasil desde 2017, condiz com os estudos do professor de economia da Universidade da Califórnia em Berkeley, David Card, um dos ganhadores do Prêmio Nobel de Economia 2021. Ele comprovou em pesquisa que o aumento do salário mínimo não só não produz redução de empregos como é um forte estimulante para o crescimento da economia.
35. Durante os governos de Michel Temer (2016 a 2018) e de Jair Bolsonaro (desde 2019), ao contrário da elevação de empregos prometida pela reforma trabalhista, as taxas de desemprego bateram recordes, atingindo 12,7% em 2017, 12,2% em 2018, 11,9% em 2019, 13,5% em 2020, 13,7% em julho de 2021, tendo chegado a 14,7% no trimestre fechado em abril de 2021. Em 2014 o índice era de 4,8% (dados do IBGE).
36. Em setembro de 2021 houve um pequeno recuo do desemprego. Este recuo, entretanto, baseou-se no avanço do trabalho informal, sem carteira assinada, sem CNPJ ou trabalhadores sem remuneração, contingente que chegou a 36,3 milhões de pessoas. O leve recuo escondia outro grave problema: a queda do rendimento real. No trimestre encerrado em julho de 2021 o rendimento médio fiou 2,9% abaixo do registrado nos três meses anteriores. Quando comparado a julho de 2020, a queda foi de 8,8. Isso mostra claramente que os empregos gerados eram precários e de baixa remuneração.
37. A pobreza também se agravou neste período. Segundo um estudo do IBGE divulgado em novembro de 2019 (antes da pandemia), em 2018 chegou a 13,5 milhões o número de pessoas vivendo abaixo da linha da miséria no Brasil, 4,5 milhões a mais que em 2014, quando o país vivia sob os patamares mais baixos de desemprego. Em agosto de 2021 foi divulgado um levantamento feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que revelou que o número de miseráveis havia aumentado para 27 milhões de pessoas durante a pandemia.
38. O IBGE mostrou que, enquanto entre 2012 e 2014 o dinamismo do mercado de trabalho se traduziu em crescimento com aumento do rendimento médio domiciliar per capita entre a população de renda mais baixa, depois de 2015 o quadro se inverteu e o resfriamento da economia resultou em piores rendimentos para os mais pobres. Considerando apenas o rendimento proveniente do trabalho, o IBGE destacou que, em 2018, o grupo dos 10% com maiores rendimentos ganhava 13 vezes mais que o grupo dos 40% com os menores rendimentos.
39. O valor do salário mínimo também decaiu. Para efeito de comparação, vale resgatar a política de valorização do salário desencadeada a partir da pressão das Marchas da Classe Trabalhadora das Centrais Sindicais. Naquela época, as negociações entre sindicalistas e o governo resultaram na almejada valorização salarial. As Leis 12.382, de 2011, e 13.152, de 2015 fixaram a regra de correção, que previa aumento pelo INPC do ano anterior mais ganho real correspondente à variação do PIB de dois anos antes. Com a política de valorização, o salário mínimo teve um aumento real de 76,57% até janeiro de 2018. Nos últimos anos o piso não só não teve ganho real como ficou abaixo do INPC. Pela LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), aprovada pelo Congresso em maio de 2021 o salário mínimo para 2022 foi fixado em R\$ 1.147, com reajuste de 4,3% sobre o atual. O INPC acumulado em 12 meses, entretanto, que deveria ser utilizado para a correção do piso, estava em 9,22% (dados da matéria: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2021/07/ldo-governo-enterra-politica->

salario-minimo/). Estudos do Dieese que mostram que 50 milhões de pessoas têm rendimento referenciado no salário mínimo e relacionam seu poder de compra com o valor da cesta básica, revelou o empobrecimento que se viu após o abandono da regra que previa aumento real.

### **Reforma trabalhista**

40. A reforma trabalhista, instrumentalizada pela lei № 13.467, de 2017, foi tanto uma manobra para desonerar o setor empresarial do compromisso de investir nas trabalhadoras e nos trabalhadores, quanto uma manobra política para desarticula-los, enfraquecendo suas entidades representativas. Com isso elites financeiras e patronais, articuladas com seus representantes no parlamento e no poder executivo, visaram garantir maior margem para manutenção de seu sistema de privilégios.
41. Entre outras medidas nefastas, a reforma estendeu as jornadas, passou a abordar a figura do trabalhador intermitente, que não havia na legislação e liberou o trabalho de mulheres grávidas em ambientes considerados insalubres. O pagamento do piso ou salário mínimo passou a não ser obrigatório na remuneração por produção. Além disso, a reforma abriu a possibilidade de empregados e empregadores negociar todas as formas de remuneração, que não precisam fazer parte do salário. O plano de carreira passou a poder ser negociado entre patrões e empregados sem necessidade de homologação nem registro em contrato, podendo ser mudado constantemente. A reforma também abriu a possibilidade de a homologação poder ser feita na empresa, na presença dos advogados do empregador e do funcionário dispensando a obrigatoriedade de passar pelos sindicatos. Também mudou a Justiça do Trabalho obrigando a trabalhador e o trabalhador comparecer às audiências e no caso de perda da ação, arcar com as custas do processo. Sobre as negociações coletivas a reforma diz que Convenções e acordos coletivos poderão prevalecer sobre a legislação. Assim, os sindicatos e as empresas podem negociar condições de trabalho diferentes das previstas em lei, mas não necessariamente num patamar melhor para as trabalhadoras e os trabalhadores. A reforma também tornou voluntária a Contribuição Sindical. Essas foram algumas das mudanças radicais que só beneficiaram as empresas em detrimento das trabalhadoras e dos trabalhadores, desvalorizando os sindicatos, as assembleias e, assim, diminuindo o poder de negociação. Após a reforma o Dieese estimou que as entidades perderam, em média, 70% de suas receitas.
42. Em maio de 2019 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.938), da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM) derrubou no STF o trecho da reforma trabalhista que dizia que para a gestante ser afastada de atividades de insalubridade média ou mínima era preciso apresentar atestado de saúde emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento. Em outubro de 2021 o STF, ao analisar a ADI 5.766, derrubou a regra estabelecida pela reforma que obrigava o trabalhador a arcar com as custas do processo caso perdesse uma eventual ação trabalhista.
43. A reforma foi muito criticada pelas entidades de trabalhadores, pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), pela OIT, e por entidades de classe. Em novembro de 2020, o site Consultor Jurídico informou que desde 2017, foram ajuizadas perante o STF 34 Ações Diretas de Inconstitucionalidade questionando pontos da reforma. Na matéria “Ações sobre a reforma trabalhista, 3 anos, repousam no Supremo” (<https://www.conjur.com.br/2020-nov-28/acoes-reforma-trabalhista-anos-caducam-supremo>), o professor de Direito do Trabalho, Ricardo Calcini, afirmou que “Essa grande judicialização que chegou ao STF comprova que entidades de classe, sindicatos, magistrados, professores, enfim, a sociedade civil como um todo deixou de ser ouvida e de participar do processo de aprovação da lei da reforma trabalhista” e que “a reforma foi aprovada de forma relâmpago, sem prévio debate, para cumprir um objetivo do governo federal à época”.
44. A explosão do desemprego, de trabalhos precários, da falta de fiscalização, além de um assombroso rebaixamento da proteção social, configurados sobretudo no aumento da pobreza, contradizem toda a sustentação ideológica da reforma. Os ataques aos direitos trabalhistas como um entrave para a atividade econômica, além de serem argumentos incoerentes com o quadro social que a reforma delineou, são refutados pela história econômica e social do país.
45. Entre 1930 e 1943 a crescente conquista de direitos sistematizados pela CLT representou uma ruptura radical com a mentalidade escravista do início do século 20. E sua implementação forçou a

sociedade a desenvolver uma nova visão não apenas das relações de trabalho, mas também sobre o trabalhador, que passou a ser visto como cidadão. Sob a CLT o país cresceu e se urbanizou. Grandes indústrias e um pujante setor de serviços se formaram no Brasil guiados pela bússola da CLT formando uma classe trabalhadora mais urbana, com poder de compra para formar um mercado consumidor. Se por um lado a CLT baseou a formação de uma classe média consumidora de produtos e serviços, por outro, seu desmonte congregado principalmente na reforma trabalhista fez o caminho inverso, retirando a população da classe média e a jogando-a na pobreza e no abandono. O discurso que se diz inovador e que condena a CLT como um empecilho à oferta de trabalho remonta a um Brasil colonial, a passagem do trabalho escravo ao trabalho assalariado, onde os senhores, ainda impregnados da visão escravista, consideravam que os novos assalariados não tinham direito nenhum.

46. Com o impeachment de Dilma Rousseff e a reforma trabalhista de Michel Temer consumou-se, pela primeira vez uma ruptura radical do pacto societário firmado por Getúlio Vargas. Ruptura que foi agravada pela eleição de Bolsonaro e a força da extrema direita. A desfiguração da CLT pela reforma trabalhista representa, na prática, a ruptura do verdadeiro pacto social costurado por GV e que sobreviveu ao Estado Novo, à industrialização do país, à ditadura militar de 1964-1985, impondo ao povo trabalhador um revés que somente será superado com luta e unidade sindical e democrática.
47. Em 2017 o Congresso Nacional aprovou ainda a Lei 13429/2017 que autoriza sem limite a possibilidade de terceirização de todas as atividades no setor privado e público. Essa medida conferiu ampla flexibilidade para a precarização ampliada, a redução de direitos e a desproteção sindical. Em 2019 o Governo Bolsonaro fez avançar no Congresso mais uma reforma da previdência social que, ao invés de ampliar a proteção previdenciária e melhorar seu financiamento, fez justamente o contrário: suprimiu direitos para a aposentadoria, arrochou benefícios previdenciário e restringiu ainda mais a proteção previdenciária.

### **Sindicalização e novos contratos de trabalho**

48. O avanço do neoliberalismo massificou o fenômeno da terceirização ao passo que diminuiu a proteção do Estado e o povo trabalhador se viu cada vez mais oprimido pela insegurança financeira e pela ameaça do desemprego. Mas a ideia de que os sindicatos e os direitos trabalhistas perderam importância diante de uma realidade de fragmentação das contratações, esconde o fato de que a grande massa de trabalhadoras e trabalhadores permanece como chave para a economia girar.
49. A campanha antissindical reforçada pelo avanço da extrema direita e de políticas ultraliberais se reflete no senso comum e na taxa de sindicalização média no Brasil que em 2017 foi de 14,4%, em 2018, 12,5% e 11,2% em 2019 (dados do IBGE). Tais taxas também são impactadas pelas mudanças nos contratos de trabalho e pelo advento de novas tecnologias que intermediam, de forma precária e desigual, relações entre empresas e empregados. É uma situação que levanta questões acerca do papel e da atualização dos sindicatos, da comunicação e da estrutura sindical. Questões que englobam a necessidade de representar as trabalhadoras e os trabalhadores em um mercado marcado pela rotatividade de mão de obra e por constantes mudanças.
50. Segundo o Procurador do Trabalho, Renan Kalil (no artigo A importância da organização coletiva aos trabalhadores uberizados, de 23/06/2021, para a Carta Capital), “diversos estudos mostram que trabalhadores sindicalizados possuem melhores salários e condições de trabalho menos precárias que os não sindicalizados. Entre aqueles que têm salários mais baixos, o impacto é ainda maior. No mesmo sentido, há pesquisas indicando que a queda da taxa de sindicalização contribuiu para o aumento da desigualdade e dificultou o progresso econômico dos trabalhadores”.
51. Ele aponta bons exemplos no mundo de organização entre os chamados uberizados, como o acordo coletivo celebrado em 2018 pela United Federation of Danish Workers para a empresa digital de serviços domésticos, Hilfr.dk, que criou regras para a contratação de trabalhadoras e trabalhadores, piso salarial por hora trabalhada, férias, auxílio-doença, necessidade explicar eventuais dispensas e proteção de dados. E também cita o reconhecimento, em maio de 2021, de motoristas de Uber como trabalhadoras e trabalhadores pela Suprema Corte do Reino Unido, além de coletivos de apoio entre entregadores organizados no México, Argentina e Colômbia.

52. Em alta durante a pandemia, já que as pessoas eram orientadas a não saírem de casa, o trabalho de entrega por aplicativos esteve no centro do debate social e, sobretudo sindical, em 2020 também no Brasil. Além de ser um exemplo de precariedade, o aumento da demanda por este tipo de serviço não se converteu em aumento dos rendimentos dos entregadores. Mas houve exemplos de resistência por parte destes trabalhadores. Superando as dificuldades de mobilização e a falta de amparo legal, eles conseguiram realizar uma greve no dia de 1º de julho de 2020. As principais reivindicações foram: o aumento da taxa mínima e do valor pago por quilômetro rodado nas entregas; o fim dos bloqueios indevidos, que impedem os entregadores de continuar trabalhando, muitas vezes sem qualquer justificativa; custeio de equipamentos de proteção individual (EPIs) durante a pandemia, além de benefícios, como vale-refeição e seguro contra roubo, acidente e de vida.
53. Kalil afirma que "no Brasil, sindicatos, associações e coletivos trabalham para organizar os trabalhadores via plataformas digitais. Contudo, em diversas situações, tiveram que enfrentar obstáculos concretos. Entregadores que participaram de manifestações por melhores condições de trabalho foram coagidos a não comparecer aos atos, em alguns casos, e tiveram o acesso à plataforma bloqueado, em outros".
54. Os apontamentos de Kalil revelam tanto a disseminação de práticas antissindicais quanto exemplos de que os trabalhos com base nos novos aplicativos também podem ser reconhecidos e representados sindicalmente. Cabe ao movimento sindical assimilar as transformações no mundo do trabalho e deliberar sobre a inclusão e a representação de todos, trabalhadoras e trabalhadores, sem perder de vista a luta pela extensão da cobertura dos direitos.
55. Um dos objetivos da reforma trabalhista foi desarticular o sindicato por categoria profissional com base mínima nos municípios e fortalecer a ideia de sindicato por empresa. Por isso, mais do que nunca, para combater essa ideia devemos concentrar nossos esforços em construir o sindicato na empresa. Coloca-se a imperiosa necessidade de implementar medidas de reestruturação no movimento sindical, de retomar o trabalho nas empresas, de direcionar os poucos recursos que financeiros e materiais à nossa disposição para reforçar o trabalho de massas, a comunicação sindical.

### **Industrialização e desenvolvimento**

56. O mote “Modernização trabalhista, direitos garantidos e novas oportunidades”, sob o qual a reforma trabalhista foi sancionada, traduz justamente o inverso do que aconteceu nos últimos anos. A reforma produziu um efeito contrário à modernidade que pregava. A começar pela industrialização brasileira, que perdeu fôlego e ficou ainda menor no cenário mundial como mostram diversos estudos.
57. Dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) mostram que entre 2005 e 2020 o Brasil deixou o seletivo grupo dos dez maiores parques industriais do mundo passando do 9º para o 14º lugar no ranking de industrialização global.
58. Outra pesquisa, a PIA Empresa, do IBGE (julho de 2021), mostrou que entre 2010 e 2019, a ocupação do setor industrial caiu 9,2%, puxada pela perda de 786,2 mil empregos nas indústrias de transformação e que entre 2013 a 2019 a indústria perdeu 8,5% de suas empresas e 15,6% dos seus postos de trabalho.
59. Um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) para o jornal O Estado de São Paulo revelou o chocante dado de que entre 2015 e 2020 o Brasil perdeu 36,6 mil estabelecimentos industriais, sendo os casos da Ford, a Mercedes-Benz, a LG e a Sony e toda a cadeia produtiva em torno delas, os mais gritantes.
60. Preocupantes dados sobre a desindustrialização também foram revelados por um estudo do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Segundo o estudo, entre 2016 e 2020 caiu de 196 para 167 o número de indústrias competitivas instaladas no país, ao passo que a participação dos produtos primários ligados ao agronegócio aumentou de 37,2% para 44,3%.

61. A devastação causada pela pandemia poderia ser uma boa desculpa para o governo descumprir todas as promessas vendidas para consagrar a reforma trabalhista. Mas essa desculpa não se sustenta. Um estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), divulgado em setembro de 2021, mostrou que não se verificou no mundo um processo generalizado de desindustrialização. Governos de países altamente industrializados como EUA, China e países da União Europeia, que sofreram grandes perdas com a pandemia, lançaram mão de planos recuperação investindo grandes volumes de dinheiro para superar a crise e reforçar o dinamismo econômico. Nos EUA, importante ressaltar, no contexto desta recuperação o presidente Joe Biden tem valorizado os sindicatos como entidades que garantem salários melhores, condições mais dignas de trabalho e assistência para as famílias.
62. Na contramão de ações como estas, as políticas do governo brasileiro, baseadas na falta de incentivos, na baixa efetividade das ações voltadas à inovação, produtividade, competitividade e integração internacional e na falta de infraestrutura, espantam investimentos, esfriam o mercado, e empobrecem a sociedade. Segundo o supervisor técnico do Dieese, José Álvaro de Lima Cardoso (No artigo “Gemidos e agonia da indústria brasileira” <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/gemidos-e-agonia-da-industria-brasileira/>), “a desindustrialização do Brasil é precoce não só porque a indústria perdeu participação muito cedo no produto, mas porque a renda per capita avançou muito pouco”. Ele afirma que o processo de desindustrialização em países com a economia mais avançada se assenta no advento da indústria 4.0 “que integra diversas tecnologias” e aponta no sentido de valorizar setores dinâmicos dos serviços. Mas que no Brasil a produção industrial é de baixa ou média tecnologia e essa realidade está muito distante.
63. Enquanto a indústria 4.0 e a preocupação com empregos verdes já são realidades em países com os quais disputávamos lugares entre os dez mais industrializados, o Brasil de Temer e Bolsonaro reforça seu lugar no mundo como exportador de commodities e importador de tecnologia. Trata-se não de uma vocação, mas de uma opção de governos pela contenção do crescimento e pelo rebaixamento de trabalhadoras e trabalhadores uma vez que é a indústria o setor que gera melhores empregos, com rendimentos maiores e maior segurança legal.

### **IndustriALL Brasil**

64. Inspirada na IndustriALL Global Union, organização mundial de trabalhadoras e trabalhadores na indústria filiada à CSI – Central Sindical Internacional, a Força Sindical e a CUT criaram a organização unitária IndustriALL Brasil que reúne entidades sindicais dos ramos metalúrgico, químico, têxtil e vestuário, alimentação, construção civil e energia, representando cerca de 10 milhões de trabalhadoras e trabalhadores.
65. A proposta é que a organização estabeleça relações com universidades, institutos e pesquisadores fomentando e qualificando o debate público acerca do papel da indústria na organização do sistema produtivo e no desenvolvimento econômico nacional. Desta forma nos posicionamos contra o violento processo de desindustrialização precoce que impacta a estrutura produtiva, propondo ações que visem a reindustrialização e o aumento da participação da indústria de transformação na economia.

### **Força sindical 30 anos**

66. Em março de 2021 a Força Sindical chegou aos 30 anos acumulando importantes vitórias desde a fundação: foi pioneira na criação de secretarias da Mulher, da Juventude, de Assuntos Raciais, de Saúde e Segurança no Trabalho e do Meio Ambiente; conquistou pagamento e correção do FGTS; aumento para os aposentados; acordo de aumento do salário mínimo; intermediação de mão de obra; valorização do servidor público; correção da tabela do IR; Dia do Trabalhador, que reúne milhões de pessoas; PLR, entre outros.
67. Todas as questões que tangem a defesa das trabalhadoras e dos trabalhadores e o combate à exploração e às injustiças, sejam elas envolvendo mulheres, negros, a população LGTB, crianças, idosos, ou que se relacionem com a defesa do meio ambiente, são objetos da nossa dedicação. A

Força Sindical tem uma trajetória exemplar nesses trinta anos no que diz respeito a valorizar a diversidade de demandas do mundo do trabalho e em dar a cada tema um tratamento próprio. É o que alimentou a central em sua história.

68. A nossa luta, com ramificações em questões específicas importantes, deve se somar e se articular em uma luta maior que proporcione a identificação e aproximação de trabalhadoras e trabalhadores. Não podemos, neste sentido, nos deixar contaminar por um novo discurso liberal que tem resultado em uma fragmentação e no conseqüente enfraquecimento da luta social e que não propõe mudanças que visem diminuir o abismo entre ricos e pobres.
69. As chamadas pautas identitárias, quando desprovidas de base classista, renegam o fato de que o movimento sindical e o campo progressista da política brasileira, cada um a seu modo, sempre procuraram tratar das questões que dizem respeito às múltiplas dimensões da vida em sociedade, como as questões de gênero, racial, juventude, idosos, entre outros e nas últimas décadas abraçando a agenda da questão ambiental. O movimento sindical deve tomar cuidado com as fronteiras tênues entre a agenda das lutas identitárias e a abordagem com princípios neoliberais que procuram orientar essa pauta. Deve considerar que a luta pela justiça racial, equidade de gênero, pela sustentabilidade ambiental, entre outras, só promovem mudanças estruturais quando abordadas a partir da raiz das desigualdades e das injustiças históricas, ao passo que modismos ou a mera estetização do discurso, a partir da armadilha liberal, pode acarretar em ruídos na comunicação entre trabalhadoras e trabalhadores. Além disso muito embora possamos realizar campanhas e fomentar debates, devemos sempre considerar que os objetivos das ações sindicais devem ter respaldo legal e constitucional, para não cairmos na armadilha de nos tornarmos mero agrupamento voluntarista de agitadores sociais.

## **1º de Maio**

70. Nos últimos quatro anos também foi alterado o formato dos eventos em comemoração ao Dia do Trabalhador da Força Sindical. Os tradicionais megaeventos na Praça Campos de Bagatelle com shows, sorteios e que também eram importantes atos políticos, que chegavam a reunir milhões de trabalhadoras e trabalhadores, fazem parte de um outro momento histórico. A crise deflagrada a partir de 2017 impôs mudanças em todos os setores e também no 1º de Maio. Desta forma realizamos em 2018 um ato nacional e unitário em Curitiba em defesa do ex-presidente Lula, preso injustamente em 7 de abril de 2018. Em 2019 realizamos um ato unitário com as centrais CGTB, CSB, CSP-Conlutas, CTB, CUT, Intersindical, Nova Central, UGT, e os movimentos sociais, no Vale do Anhangabaú, na região central de São Paulo.
71. No contexto da pandemia do coronavírus inovamos ao realizar um grande ato do Dia do Trabalhador totalmente online. Foram onze centrais sindicais brasileiras que projetaram a ideia da formação de uma ampla frente em prol da soberania nacional, unindo políticos de diferentes matizes como os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (PT), além dos ex-ministros Ciro Gomes (PDT) e Marina Silva (Rede). O formato virtual foi repetido em 2021. Mesmo durante a crise sanitária e financeira causadas pela pandemia do coronavírus, e mesmo sob a crise financeira que o movimento sindical atravessa, realizamos um evento moderno que contemplou os principais temas que preocupam a sociedade brasileira na atualidade.

## **Por um Brasil com mais empregos desenvolvimento sustentável e democracia**

72. A luta pelo desenvolvimento socioambiental sustentável com geração de empregos de qualidade, inclusão e justiça social, valorização dos salários e ampla proteção laboral, previdenciária e sindical deve ser um guia permanente para a central. Ela deve se dar nas frentes:
  - **Política** – fomentando o debate entre trabalhadoras e trabalhadores; incentivando-os a participar dos partidos e movimentos populares e a disputar cargos eletivos; criando e ampliando as bases para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito; organizando a oposição ao atual governo e trabalhando pela eleição de um governo popular que valorize as políticas e projetos sociais.

- **Trabalhista** – pela geração de empregos de qualidade e valorização dos salários; pela ampliação das proteções sociais, laborais, previdenciárias; pelo trabalho decente com a erradicação do trabalho infantil, com equidade de gênero, sem discriminação racial e de orientação sexual; com políticas de distribuição de renda;
- **Sindical** – fortalecendo a ação sindical e as convenções coletivas, com o resgate de direitos laborais retirados na reforma trabalhista, promovendo a sindicalização, a renovação do trabalho de base e a reestruturação do movimento sindical para responder às mudanças no mundo do trabalho;
- **Ambiental** – concebendo uma base econômica de desenvolvimento cuja industrialização viabiliza com urgência a redução radical dos efeitos poluidores e de aquecimento global; a gestão pública orientada para a recuperação e preservação dos rios e água, florestas e biomas e do ar; fomentando propostas para o desenvolvimento produtivo comprometido com as metas ambientais, com a produção de energia renovável e limpa, incentivo a contenção do desperdício dos recursos naturais; com o fortalecimento da economia criativa, de cuidados e dos chamados “empregos verdes”; mobilizando a responsabilidade empresarial na diligência com a promoção dos direitos humanos (sociais e ambientais) na base das empresas e na cadeia produtiva, com fornecedores diretos e indiretos.
- **Social** – promovendo o respeito e a valorização da diversidade racial, religiosa, cultural e de gênero; a promoção da ampla proteção de renda aos vulneráveis; fortalecimento das políticas públicas de promoção social como saúde, educação, assistências, etc.
- **Comunicação** – aprimorando o uso das redes sociais e dos veículos de comunicação sindical, favorecendo a cooperação e o investimento em profissional na área, aprimorando a relação com a imprensa para apresentar informações e a visão das trabalhadoras e trabalhadores sobre os fatos políticos, econômicos, sociais e sindicais.
- **Internacional** – fortalecendo e ampliando as relações com entidades internacionais de trabalhadoras e trabalhadores a fim de estabelecer um intercâmbio de experiências e um ambiente de cooperação entre os países, buscando entender o funcionamento do sindicalismo em outros países.

### **Frente ampla para derrotar o governo retrógrado**

73. Para as eleições de 2022, a soma das forças políticas do país e o fortalecimento da representação da classe trabalhadora nos poderes legislativo e executivo apresentam-se como caminho para combater os rompantes autoritários que o povo brasileiro tem sofrido desde a posse de Jair Bolsonaro como presidente da República. Só com democracia e soberania é possível reconquistar direitos sociais e trabalhistas, atingir uma sociedade com maior equidade e justiça social
74. A construção de uma frente ampla requer mais do que um compromisso, requer um pacto social. Ela deve se basear em ideias convergentes de diferentes espectros políticos para um projeto que contemple, em linha gerais, geração de empregos decentes, valorização do salário mínimo, valorização dos serviços públicos – especialmente o SUS –, incentivo às empresas, com destaque para as micro e pequenas, políticas afirmativas de inserção social, participação nos acordos e nas decisões globais de preservação ambiental, etc.
75. Parte da luta política será de resistência e de recuperação de perdas frente aos retrocessos que castigaram o Brasil nos últimos anos. O combate à carestia e à pobreza, e o estabelecimento da segurança alimentar devem ser prioridades sindicais nesse próximo período. É necessário desfazer medidas que travam políticas sociais, como a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos. O país precisa de investimentos públicos robustos para incluir o povo trabalhador na recuperação e no fortalecimento da economia. Deve, por exemplo, instituir uma renda básica ampliando o programa do Bolsa Família – incluindo mais pessoas na proteção – com valor base de R\$ 600,00.

### **Conclat: Fortalecer a unidade no movimento sindical**

76. Neste quadro de adversidades para o povo e para o movimento sindical se faz necessária uma contundente demonstração de unidade, relevância e força, que restabeleça o pacto social entre governantes e a classe trabalhadora. Esta demonstração deverá se materializar na realização de uma

nova Conferência nacional, Conclat, até abril de 2022, para definir propostas aos candidatos que disputarão as eleições presidenciais, uma agenda sindical, política e até mesmo indicar nomes entre as trabalhadoras e trabalhadores para eventuais disputas legislativas.

77. Além da pauta política e eleitoral, a nova Conclat poderá ser um momento para debater e encaminhar questões importantes como estrutura sindical, fusões e o financiamento sindical. A Conclat será mais um passo no sentido de selar a unidade entre as centrais sindicais, que já promovem ações unitárias através do Fórum das Centrais Sindicais.

### **Estrutura e financiamento sindical**

78. O mundo do trabalho tem passado por transformações com o aumento de trabalhadoras e trabalhadores em home office, do trabalho intermitente, da terceirização, rotatividade e dos microempreendedores (MEI) e o movimento sindical está unindo esforços para se adequar à esta nova realidade. Neste cenário, o papel das centrais sindicais deve ser atualizado e adaptado através de um amplo debate para regular esses novos formatos e características do trabalho, garantindo proteção e segurança jurídica ao empregado e ao empregador em Convenção Coletiva.
79. O movimento sindical precisa formular uma proposta robusta de estrutura sindical, com base em critérios de representatividade que envolva não apenas sindicalizados, mas todos aqueles que são beneficiados pelos acordos e convenções coletivas. A proposta deve contemplar etapas como ajustes das estruturas administrativas, aproximação com a base e um trabalho para que a classe trabalhadora compreenda a importância do sindicalismo na construção de uma boa relação entre capital e trabalho, além do debate de uma agenda e propostas para as próximas eleições.
80. O financiamento sindical é outro grande desafio. É necessário regulamentar uma forma de custeio sindical com base nas negociações coletivas que também efetive o sustento de federações, confederações e centrais. Atualmente, a negociação coletiva abrange todos os trabalhadores e as conquistas desse processo beneficiam toda a categoria. Portanto, é importante discutir o custeio partindo dos beneficiários, dos representados, e não apenas dos associados ao sindicato.

### **As centrais podem promover a autorregulação**

81. As Centrais, por sua capilaridade e poder de representar diversas categorias, têm a capacidade de promover a autorregulação voluntária intrassistema e criar mecanismos para resolver conflitos de representatividade sem a necessidade de intervenção judicial. Desta forma pode-se ir além da representação regulada por lei. A inclusão no estatuto do sindicato da ampliação de sua base de representação com outros vínculos laborais (autônomos, conta própria, cooperados, terceirizados, etc), por exemplo, pode ser feita, mas não significa que a representação será automática. Ela se dará no processo de luta.
82. Desta forma, as centrais podem avançar na representação dos terceirizados ou na organização de trabalhadores e trabalhadoras sob novas formas de contrato e de relações de emprego, como os trabalhadores e trabalhadoras em plataformas. Embora grosso modo as plataformas não reconheçam o vínculo empregatício (existem ações no judiciário neste sentido) há demandas que podem ser resolvidas sem a necessidade da regulação legislativa. Por exemplo, os sindicatos podem ajudar na criação de pontos de apoio para descansar, fazer a refeição, carregar o celular e usar o banheiro. Há grupos de trabalhadoras e trabalhadores de plataforma se organizando através de associações e cooperativas, algumas contando inclusive com aplicativos próprios. Nisso os sindicatos também podem ajudar. A questão que deve ser enfrentada é como o sindicato pode se apresentar como uma alternativa de organização e luta diante da condição de precarização e da urgência de conquistar direitos e proteção social.
83. Lutar pela valorização e pelo cumprimento das negociações coletivas e ampliá-las para mais trabalhadoras e trabalhadores, fortalecendo a representatividade e a base de representação é tarefa do movimento sindical na atualidade. Para isso é necessário planejar a organização sindical, construindo estratégias de transição em debates e ações unitárias, tendo como uma das metas o favorecimento da agregação sindical, fusões e cooperação. E, neste contexto, projetar formas de

sustentação e financiamento sindical, que deve ser deliberado nas bases, em assembleias, e pago por todos, como forma de contribuição negocial.

### **Recuperar direitos e avançar mais**

84. As ações da central devem estar prioritariamente voltadas para a luta pelo combate à desindustrialização, pela geração de emprego decente com direitos previstos em lei, pela valorização do salário mínimo e da renda, por condições de vida dignas às trabalhadoras, trabalhadores e suas famílias. Como ações de emergência, é preciso elaborar propostas para melhorar e ampliar a cobertura do seguro-desemprego, de auxílios sociais, de concessão de microcrédito produtivo e também reforçar campanhas de solidariedade e combate à fome.
85. É preciso reinserir a proteção sindical nas relações individuais (homologação), estender a proteção trabalhista configurada na CLT para a grande maioria das trabalhadoras e trabalhadores (autônomos, conta própria, domésticas, assalariados sem carteira assinada, terceirizados, intermitentes, entre outros), assegurar através da atuação sindical e da fiscalização a saúde e segurança no trabalho, a proteção contra assédio moral, sexual e contra práticas antissindicalistas.
86. Devemos também lutar pela proteção previdenciária em todas as formas de contratação, bem como pela valorização dos aposentados e dos idosos. O aumento da longevidade no Brasil não tem sido acompanhado da extensão de uma qualidade de vida satisfatória. As dificuldades para se aposentar e os baixos valores da aposentadoria obrigam a população idosa a se manter em trabalhos muitas vezes precários, ou a depender do cuidado de familiares ou de serviços públicos que, com o acirramento da política neoliberal nos últimos anos, decaíram. Neste sentido, valorizar o idoso e lutar por uma previdência justa e eficiente é uma ação crucial para os sindicalistas. Manter-se no mercado de trabalho deve ser uma escolha do idoso, não uma necessidade de sobrevivência. E, além disso, esse mercado deve garantir boas condições para absorver essas trabalhadoras e esses trabalhadores que tem muito a oferecer em termos de experiência e sabedoria.
87. O quadro de resistência não significa, entretanto, que não possamos avançar na luta por mais conquistas. Lutamos pela redução da jornada de trabalho, medida que, como diversos países comprovaram, eleva o número de emprego, o consumo, movimenta a economia e permite melhor qualidade de vida, além de incrementar a produtividade de toda a economia. É preciso também incentivar o avanço e a modernização da indústria, setor que gera empregos mais seguros do ponto de vista legal e melhor remunerados. Mas, mais do que isso, devemos preparar a sociedade para a consolidação da indústria 4.0, qualificando as trabalhadoras e os trabalhadores para setores mais dinâmicos dos serviços, para a economia criativa e para empregos que condizem com práticas econômicas ambientalmente sustentáveis.
88. O Brasil deve voltar a investir em infraestrutura econômica (energia, transporte, comunicação, etc) e social (educação, saúde, assistência, etc) e a Força Sindical, bem como todo o movimento sindical, pode contribuir mobilizando sua base, colhendo e sistematizando ideias, pressionando o poder público e criando espaços de diálogo social. Será fundamental investirmos na reestruturação ampliada das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, protegendo os empregos, garantindo renda aos desempregados, promovendo uma boa intermediação para o emprego, a formação profissional, o microcrédito produtivo, o cooperativismo, a economia solidária.

### **Ações pela equidade racial e de gênero**

89. A premissa da ação sindical é defender os princípios e direitos fundamentais e humanos que combatam o machismo, a misoginia e a discriminação contra qualquer grupo social adotando os preceitos legais das normas internacionais da OIT. Com relação às Convenções que tratam da mulher trabalhadora e da Plataforma Agenda 2030 das ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em seu Objetivo 5º - Igualdade de Gênero, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), é fundamental que seja ratificada a Convenção 190 da OIT, que dispõe sobre a eliminação da violência e assédio no mundo do trabalho. A Convenção 190 deve estar no topo da agenda política para

erradicar a violência contra as mulheres, sobretudo àquelas que estiveram mais expostas ao perigo durante o distanciamento social.

90. No que diz respeito à igualdade de gênero, à situação da mulher e à questão racial, embora tenham ocorrido avanços sobretudo após a Constituição de 1988, a partir de 2016 sofremos um grave retrocesso também nesta área, com o advento da reforma trabalhista, da reforma da previdência e com a pandemia de 2020 e 2021 que prejudicou todos, mas com mais intensidade as mulheres. É preciso sempre ressaltar que todas as campanhas voltadas à igualdade de gênero e ao combate ao racismo interessam a todas as pessoas uma vez que uma conquista produz efeitos diretos no grupo social onde o beneficiário do direito em questão vive. Produz, desta forma, um efeito social mais amplo.
91. A Força Sindical tem uma importante agenda a cumprir nos próximos quatro anos que se expressam em ações como:

- Orientar os sindicatos filiados a incluir cláusulas contra todas as formas de discriminação, racismo, violência, assédio moral e sexual no ambiente de trabalho;
- Fomentar campanhas contra o racismo e a discriminação no movimento sindical;
- Identificar os focos onde a mulher ou o negro são prejudicados na base e agir de forma pontual para solucionar os casos;
- Fortalecer um ambiente de debate, comunicação e difusão de informações acerca da questão do negro, da mulher e da diversidade de gênero no mundo do trabalho.
- Incluir nas pautas de reivindicações das negociações coletivas de trabalho cláusulas e mecanismos de proteção às trabalhadoras, com o propósito de erradicar a violência e o assédio contra as mulheres nos locais de trabalho;
- Promover iniciativas destinadas a assegurar remuneração equitativa para trabalho de igual valor, incluindo demandas de negociação coletiva para reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres;
- Estabelecer mecanismos para a criação de um Comitê para Igualdade de Gênero, paritário, que atue na construção de subsídios que fomentem a inclusão de pautas transversais de gênero nas negociações coletivas, na política de formação sindical, na promoção da participação feminina no mercado de trabalho e na inclusão das mulheres em cargos de liderança - tanto em nossos sindicatos, quanto nas estruturas da Central -, pela política de ação afirmativa de Cotas que fortaleçam sua participação democrática e representatividade;
- Trabalhar pela ratificação, aplicação e respeito das normas internacionais do trabalho que promovem a proteção e o avanço dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, incluindo as Convenções 111, 156, 189 e 190 da OIT e suas respectivas Recomendações;
- Apoiar os esforços das organizações afiliadas para integrar a igualdade de gênero, a proteção das mulheres contra a discriminação, o assédio sexual e outras formas de violência na negociação coletiva, entre outros espaços de interlocução sindical;
- Desenvolver política estratégica voltada à saúde mental e saúde e segurança no local de trabalho, com a finalidade de exigir que os empregadores levem em consideração a violência de gênero ao gerenciar a saúde e segurança no trabalho, de acordo com a nova Convenção 190;
- Recomendar a participação das entidades sindicais nos Conselhos de Saúde (municipal, estadual e federal). Nesse âmbito - e no cenário pós-pandemia -, a Central, por meio dos seus Sindicatos locais, pode agir como incentivador e fiscalizador das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, do Sistema Único de Saúde (PICS SUS), que são práticas de cuidado transversais, podendo ser realizadas na atenção primária, na média e na alta complexidade. Embora a contratação de profissionais e a definição das práticas a serem ofertadas sejam de competência exclusiva do gestor municipal, os Sindicatos locais, com seu conhecimento sobre as necessidades das trabalhadoras e trabalhadores, podem sugerir alocações de recursos;
- Lutar pela proteção social universal e serviços públicos de qualidade que estabeleçam um esforço coordenado em escala nacional para mitigar os impactos sociais e econômicos da crise pandêmica sobre as trabalhadoras e suas famílias;

- Promover ações com o objetivo de alinhar estratégias em âmbito nacional para atender as vítimas da pandemia: viúvas e órfãos.
  - Propor formas de acolhimento social e financeiro para essas crianças e adolescentes;
  - Fomentar Campanhas Nacionais Permanentes que fortaleçam a imagem pública do Movimento Sindical com campanhas publicitárias institucionais;
  - Aumentar a visibilidade das mulheres nos sindicatos nas estratégias de comunicação, redes sociais, campanhas institucionais etc;
  - Promover a proteção e o avanço dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero, incluindo as Convenções 111, 156, 189 e 190 da OIT e suas respectivas Recomendações;
  - Regulamentar o prêmio Nair Goulart (ver anexo).
92. Mais do que nunca a agenda permanente sobre a questão da mulher deve ser incentivada e aprimorada. Campanhas como Outubro Rosa, Março Mulher, 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres devem ser organizadas de modo a incluir o maior número de pessoas, desdobrando-se em ações intersindicais, unitárias entre as centrais sindicais e contando com o engajamento de todas e todos.
93. A Força Sindical através de suas secretarias deve se equipar com dados e informações constantemente atualizados sobre a situação dos grupos historicamente oprimidos. Para isso deve contar com os sindicatos filiados para mapear situações onde deve agir. Mapear casos de racismo, discriminação, assédio, violência, ou mesmo empresas que podem abraçar um debate mais avançado acerca destas questões. Com isso a central poderá agir de forma pontual, proativa e assertiva nas mesas de negociações, em campanhas direcionadas, ou em ações contundentes para que trabalhadoras e trabalhadores e empresas evoluam nesse quesito.
94. Deve-se formar uma rede de diálogo sólida e permanente que sirva tanto para essas atualizações quanto para o grupo da central que coordenar a rede (formado por membros da secretaria da mulher, secretaria geral, assessores sindicais e outros) possa rapidamente se posicionar em casos públicos de discriminação. A criação de um fórum permanente com a realização de debates, artigos, com convidados especialistas no tema, poderá funcionar como uma referência para todos os filiados assim como para a sociedade em geral.
95. O combate ao racismo e a luta pela equidade de gênero em todas as atividades sociais garantindo a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens, homossexuais, crianças, idosos, bem como o desenvolvimento sustentável está no centro do debate político atual. Cabe à central unir forças para enfrentar os velhos e novos desafios que se colocam.

### **Relações internacionais**

96. Será fundamental continuar trabalhando em nosso compromisso com a cooperação, o intercâmbio, a solidariedade e atuação sindical internacional de forma consistente e coerente, em sintonia com os trabalhadores e a visão, princípios e valores da Força Sindical, em defesa da democracia, da pluralidade de ideias e pensamento, do desenvolvimento sustentável, da inclusão e a justiça social e o meio ambiente. Promover a participação e atuação em todas as atividades internacionais, nos organismos multilaterais e blocos de integração econômicos e social, tais como: a ONU, OIT, OEA, MERCOSUL, CELAC, T-MEC, BRICS, União Europeia, China, Rússia, Japão, entre outros, fortalecimento a unidade de ação sindical e o protagonismo dos trabalhadores e do sindicalismo em todos os níveis, bilateral e setorial, no continente e a nível mundial.
97. Também é importante fortalecer Alternativa Democrática Sindical das Américas, ADS, e as relações bilaterais com todas as entidades sindicais internacionais no mundo, a fim de estabelecer um intercâmbio de experiências e um ambiente de cooperação e solidariedade entre os trabalhadores, buscando aprofundar ativamente o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do sindicalismo em outros países, e o acompanhamento e debate sobre a dinâmica e evolução dos processos tecnológicos, científicos e econômicos, juntamente com as mudanças climáticas, a nível continental e mundial.

## **Investir em comunicação e formação**

98. Entre todos os retrocessos que sofreremos nesses quatro anos, o descaso com a educação e a cultura da desinformação e das notícias falsas são pontos particularmente afetados e que produzem consequências nefastas com ampla repercussão. Se nos anos anteriores uma política de valorização da educação começava a ganhar corpo, nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro qualquer ação nesse sentido se desfez e a educação como instrumento de emancipação humana e de evolução social, não só foi uma ideia que se estagnou, como andou para trás.
99. A central deve abordar esse debate e implementar ações que valorizem a educação em diferentes níveis, desde a educação formal, como um direito de todo cidadão, passando pela formação profissional e técnica, que qualifica trabalhadoras e trabalhadores elevando o patamar de suas posições no mercado de trabalho e, no conjunto, gerando um avanço social, até a formação sindical, voltada para uma profunda formação para preparar os dirigentes tanto para negociações e para o diálogo, quanto para que possam se posicionar para a sociedade com relação a assuntos pertinentes ao mundo do trabalho.
100. Impõe-se também a tarefa de investir em redes próprias de comunicação, como sites, redes sociais e todo tipo de ferramenta disponível para viabilizar a massiva divulgação das propostas do movimento sindical, ampliar o acesso das trabalhadoras e trabalhadores a informações confiáveis sobre seus direitos e instrumentos de proteção, e para incentivar o debate político e social.

São Paulo, 11 de novembro de 2021